



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Alcino Pinto
Secretários: Ex.^{mos} Srs. Diolindo da Mata
 Firmino Raposo
 Aurélia Diamantina

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

Procedeu-se à tomada de posse de Deputados substitutos à Assembleia Nacional.

Antes da Ordem do Dia. – Em declaração política, a Sra. Deputada Eula Maria (PCD) felicitou o XV Governo Constitucional e aproveitou para pedir desculpas ao povo sâo-tomense pelo incidente ocorrido na Assembleia Nacional.

Ainda neste quadro o Sr. Deputado Guilherme Octaviano disse que o resultado político obtido não foi golpe palaciano, mas sim o ADI abandonou o poder.

O Sr. Presidente da Assembleia dirigiu algumas palavras ao Plenário e agradeceu ao Sr. Presidente da República pela forma sábia como lidou com a situação política no País.

Em assunto de interesse político relevante, o Sr. Deputado Adelino Pires Neto (MDFM/PL) também felicitou o Sr. Presidente da República pela forma sábia como lidou com a situação reinante no País e elogiou o Sr. Primeiro-Ministro Gabriel Costa, pela coragem que teve em assumir o Governo neste momento conturbado.

Ordem do Dia. – O Plenário aprovou, em votação final global, a proposta de lei n.º 12 /IX/2011 – Lei-Quadro da Dívida Pública.

De seguida, foi aprovado, na generalidade, especialidade e em votação final global, o projecto de resolução n.º 53/IX/12 – Nomeia o Conselho Superior de Imprensa.

Foram eleitos a Sra. Deputada Filomena Pina (PCD) para o cargo de Secretária da Mesa, em substituição do ex-deputado Sebastião Pinheiro, e o Sr. Firmino Raposo (PCD) para o cargo de Vice-Secretário, em substituição da Sra. Deputada Filomena Pina (PCD).

Por último, foi aprovado, na generalidade, especialidade e em final global, o projecto de resolução n.º 59/IX/12 – Acordo Geral de Cooperação entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República da Guiné Equatorial. Usaram da palavra, além do Sr. Ministro da Educação, Formação e Cultura (Jorge Bom Jesus) que fez a apresentação do documento, a Sra. Deputada Elsa Pinto (MLSTP/PSD) que apresentou o relatório da 1.ª Comissão Especializada Permanente.

O Sr. Presidente declarou encerrada a sessão às 11 horas e 55 minutos

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Costa de Matos
Alcino Martinho de Barros Pinto
Américo Soares de Barros
Ângela Maria da Graça Viegas Santiago
António da Trindade Afonso Ramos
António Neves Sacramento Barros
António Monteiro Fernandes
Arlindo Barbosa Semedo
Aurélia Diamantina Dias da Trindade
Deolindo Luís da Trindade da Mata
Dionísio Fernandes Leopoldino
Elsa Maria d' Alva Teixeira Pinto
Filomena Sebastião Santana Monteiro d'Alva
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Helder Afonso da Costa das Neves
Jacob Luís da Mota Monte Verde
Jorge Amado
Luís dos Ramos Soares
Manuel da Cruz Marçal Lima
Olívia Fátima Santana
Silívia Ambrósio Gil do Espírito Santo

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Cipriano Sousa Riqueza
Delfim Santiago das Neves
Eula Maria Ananinhas Lopes Carvalho
Firmo João Raposo
Gil Mascarenhas da Costa
Hélder do Rosário Carvalho Rodrigues
Paula Medina Fernandes

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Adelino Pires Neto

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, bom dia Sras. e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos, realizando em primeiro lugar o empossamento dos Srs. Deputados, antes de iniciarmos as nossas actividades, pelo que convido o Sr. Secretário da Mesa a proceder ao acto.

O Sr. Secretário (Diolindo da Mata): — Sua Excelência, Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Passo a ler o Termo de Posse: «Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

Aos 14 dias do mês de Dezembro do ano 2012, compareceram perante o Plenário da Assembleia Nacional os Srs. Deputados substitutos Aurélia Diamantina Dias da Trindade, Paula Medina Fernandes, Hélder do Rosário Carvalho Rodrigues, Cipriano Sousa Riqueza, Eula Maria Ananinhas Lopes Carvalho, Olívia Fátima Santana, Jacob Luís Monte Verde, Luís dos Ramos Soares e Gualdino Sousa Costa Barreto, dos Círculos Eleitorais de Água Grande, Mé-Zóchi, Lembá, Região Autónoma do Príncipe e Lobata, em substituição dos Srs. Deputados eleitos Albertino Homem Sequeira Bragança, Maria Edite Salvaterra Pinto, José Luís Xavier Mendes, Filomena Pina dos Prazeres, Domingos Monteiro Fernandes, José da Graça Viegas Santiago, Maria das Neves Batista de Sousa, Aurélio Pires Quaresma Martins e Manuel Martins Quaresma, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos:».

Os referidos Srs. Deputados prestaram juramento nos termos constitucionais.

O Sr. Presidente: — Portanto, Sras. e Srs. Deputados, estão reunidas as condições para iniciarmos a nossa sessão plenária.

Gostaria de dar as boas-vindas ao Sr. Ministro da Educação, em representação do Governo, em nome das Sras. e Srs. Deputados, desejar-lhe plenos êxitos nas novas funções que acabou de assumir e é extensivo a todos os membros do Governo, muito especialmente a Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro.

Srs. Deputados, de acordo com a ordem do dia que temos, vamos passar à constituição da Mesa, antes de avançarmos os trabalhos, pelo que gostaria de convidar os Líderes dos respectivos grupos parlamentares presentes a indigitar os seus representantes para ocupar o lugar de Secretário na Mesa.

O Sr. José Viegas (MLSTP/PSD): — Da parte do MLSTP/PSD, a Sra. Deputada Aurélia.

O Sr. Presidente: — Sra. Deputada Aurélia, Sr. Deputado Gil, por parte do PCD, façam o favor.

Depois da substituição dos Deputados, gostaríamos de saber dos Srs. Deputados se há declarações políticas a serem feitas. Sendo assim, convidaríamos o Sr. Líder do Grupo Parlamentar do PCD a fazer a sua declaração ou o representante do seu Grupo Parlamentar.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Ministro da Educação, em representação do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, apresento a todos os meus cumprimentos.

Vamos fazer uma intervenção que vai ser lida pela Sra. Deputada Eula Carvalho, mas antes gostaria de felicitar o Sr. Presidente e os membros que compõem a Mesa, pela tranquilidade que nós hoje registamos aqui nesta Assembleia, já que no passado registámos alguns incidentes e os dispositivos de segurança que hoje temos aqui dão-nos uma certa tranquilidade e alento e até mesmo uma imagem positiva daquilo que é o órgão legislativo da Nação.

O meu muito obrigado e em nome do meu Grupo Parlamentar também gostaria de agradecer por esse gesto, isso só nos transmite que a imagem da Assembleia irá mudar com a sua presidência.

O Sr. Presidente: — Obrigado Sr. Deputado.

Convido a Sra. Deputada Eula, para fazer o uso da palavra.

A Sra. Eula Carvalho (PCD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Membro do Governo, Caras e Caros Deputados, povo de São e Príncipe: Após duas semanas agitadas por uma crise premeditada, forjada por objectivos pessoais, que nada têm a ver com os superiores interesses de São Tomé e Príncipe, tomou posse no dia 12 de Dezembro do corrente ano o XV Governo da República, chefiada pelo Dr. Gabriel Arcanjo Ferreira da Costa. Neste âmbito, venho em nome do Grupo Parlamentar do PCD e em meu nome próprio congratular-me com a nomeação e o empossamento do novo Governo e felicitar Sua Excelência o Sr. Presidente da República, Dr. Manuel Pinto da Costa, pela forma inteligente e sábia como interveio nesse processo tão sensível, colocando sempre em primeiro lugar os interesses sublimes da Nação sãotomense. Relativamente à situação ainda reinante na Assembleia Nacional, o Grupo Parlamentar do PCD apela a todos os Srs. Deputados a comportarem-se com elevado sentido de responsabilidade e de Estado, transmitindo com esse gesto à sociedade a postura digna e elevada com o respeito que se espera desse importante órgão de soberania.

Apesar do apelo do Chefe do Estado, bem como de toda a sociedade civil, no sentido do apaziguamento de todo o clima de tensão vivido nas últimas semanas no nosso país, foi com estranheza que se constatou o facto verdadeiramente insólito, isto é, nunca antes verificado no nosso país, que constituiu a ausência de todos os membros do Governo cessante nas cerimónias de tomada de posse do novo Governo e da passagem de pastas aos seus sucessores, numa atitude absolutamente atentatória ao princípio de continuidade do Estado.

Regressando a esta Casa Parlamentar, renovamos os nossos votos de sucessos ao Sr. Presidente, augurando que a Assembleia Nacional venha a conhecer novos horizontes, que pela sua dignidade e firmeza nos faça esquecer a subalternização e banalização a que foi votada esta Casa Parlamentar. Daí que esperamos de si, Sr. Presidente, que promova uma melhor articulação entre os distintos grupos parlamentares e as comissões especializadas deste órgão, no sentido de aumentar a produção e a qualidade, no âmbito da legiferação e demais acções que lhe são atribuídas.

Finalmente, o Grupo Parlamentar do PCD saúda o povo de São Tomé e Príncipe a aproveita a oportunidade para pedir desculpas à Nação pelos acontecimentos registados na Assembleia Nacional.

Bem-haja a todos.

Aplausos.

O Sr. Presidente: — De seguida dou a palavra ao Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD ou o seu representante, para apresentar a sua declaração política.

O Sr. José Viegas (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o meu grupo indicou o Sr. Deputado Guilherme Octaviano para fazer essa intervenção.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Ministro da Educação, em representação do Governo, Sras. e Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe, Excelências: Queremos, com a devido reverência, cumprimentar todo o povo de São Tomé e Príncipe que soube, num momento tão especial da nossa história política, dar provas de profunda maturidade e civismo. Neste momento solene, queremos igualmente saudar, de forma efusiva, o Sr. Deputado Alcino Pinto, recentemente eleito ao cargo de Presidente desta augusta Assembleia, e augurar votos de sucessos nesta nova missão.

Conhecedores da vossa trajectória política, saiba Excelência que depositamos em si toda a confiança, convictos de que saberá desempenhar com mestria as nobres funções que vos foram confiadas.

Não podemos desperdiçar esta ímpar oportunidade para agradecer e exprimir todo o nosso apreço a Sua Excelência Sr. Presidente da República, pela forma sábia e patriótica como pôde defender a estabilidade e a democracia como alicerce estruturado, primando entre os diferentes autores políticos, no estrito cumprimento das regras constitucionais e regimentais.

Uma saudação especial é dirigida aos colegas Deputados presentes nesta sessão plenária. Estes sim são verdadeiramente responsáveis pelo devido mandato do sublime povo de São Tomé e Príncipe, como aglutinadores de valores e identidade subjacentes aos princípios democráticos.

Senhoras e senhores, abre-se um novo ciclo da nossa democracia, pois os acontecimentos registados impõem-nos o reconhecimento que São Tomé e Príncipe possui num dos sistemas mais democráticos do universo e que os são-tomenses estão à altura de encontrar soluções mais consentâneas para resolver os seus diferendos.

É preciso entender que os resultados políticos obtidos resultam da aplicação das regras constitucionais e regimentais, contrariando os que entendem fazer valer a existência de golpes palacianos. Aí não houve golpes palacianos nem tão-pouco forjados. O poder então detido pelo partido ADI foi abandonado e desperdiçado de forma incompreensível, não deixando às forças políticas da então oposição outra alternativa senão a assunção do poder em nome da estabilidade e da democracia.

Aplausos.

O figurino actual estabelece que a maioria composta pelos partidos MLSTP/PSD, PCD e MDFM/PL constitui a plataforma de sustentabilidade do Governo liderado pelo Sr. Gabriel Costa.

O Governo que ora emerge espelha a vontade inequívoca de três forças partidárias. Estamos esperançados que serão retomadas as acções que visam a gradual redução da pobreza, a promoção do crescimento económico, social e cultural do País, o combate à corrupção e a implantação de uma cultura de integridade nas mentes e nas atitudes de todos os são-tomenses.

A tarefa é colossal e contamos com a devota contribuição de todas e de todos.

Excelências, o MLSTP/PSD, partido comprometido com o povo de São Tomé e Príncipe, é igualmente representante da vontade popular e está consciente das responsabilidades acrescidas que recaem sobre si na actual cena política são-tomense e não se exonera dos compromissos que sempre assumiu na defesa do bem-estar das nossas populações, no esforço permanente de colocar o País no palco das nações.

Os desafios que temos pela frente nos forçam a prosseguir e os eventuais ataques e manobras constituirão a prova de que estamos no caminho certo.

Sras. e Srs. Deputados, o nosso grupo parlamentar, consciente das dificuldades que hoje enfrenta a economia de São Tomé e Príncipe, seguirá o evoluir do desempenho macroeconómico no que tange à medida que incidem sobre a qualidade de vida das pessoas singulares e o crescimento das pessoas colectivas.

Reafirmamos a nossa total disponibilidade para partilhar reflexões, encontrar soluções para os ingentes problemas que o País enfrenta.

A nossa abertura vai no sentido de criar espaços, quer legais quer regimentalmente previstos, que sejam utilizados para amplos debates sobre as questões de interesse nacional.

Caras Deputadas, caros Deputados, ao retomarmos as nossas actividades enquanto parlamentares, precisamos de nos debruçar sobre o desempenho individual e colectivo de cada um de nós e da Assembleia Nacional no seu todo, isso significa um desdobrar da nossa capacidade de gerar iniciativas e de produção legislativas, quer nas comissões quer no Plenário.

Uma nova agenda parlamentar se nos impõe. É premente a discussão sobre o financiamento dos partidos políticos, a revisão da Lei Eleitoral, a problemática do redimensionamento do Estado nas suas variadas vertentes deve ser abordada ao mais breve trecho. Uma visita ao Regimento da Assembleia Nacional e aos Estatutos dos Deputados é urgente. Estas são algumas das muitas tarefas que nos esperam.

Excelências, não podemos desperdiçar esta oportunidade para abordar um assunto que nos transformou numa verdadeira arma contra os parlamentares: a questão da imunidade parlamentar é o falso problema do difícil relacionamento com os órgãos judiciais.

É preciso deixar cair por terra a maldosa ideia de que a Assembleia Nacional se transformou num refúgio de delinquentes. Subjacente a esta problemática existe um poder persecatório, sobretudo encarnado pelo actual Procurador-geral da República, que se transformou num verdadeiro comissário político do Partido ADI, que não poupa esforços com mecanismos persecutórios e vexatórios, sob a capa da legalidade, em perseguir os que honrada e corajosamente se posicionavam contra aquele poder.

A eventual busca de protecção de alguns parlamentares resulta muitas vezes das investidas devidamente arquitectadas pelo Procurador-geral da República, com base em factos que presumidamente se encontram no segredo da Justiça.

Caras e Caros Deputados, a essencial tarefa da Assembleia Nacional é de legislar e fiscalizar a acção do Governo e da Administração Pública e esse papel não deve ser pervertido pela nossa inéria, mesmo estando numa posição maioritária. A Assembleia Nacional não deve resumir-se numa Câmara sem opinião e de mero registo.

Finalmente, gostaríamos de deixar uma palavra aos Deputados do Grupo Parlamentar da ADI, alertando-lhes que o mandato recebido do povo é unilateral e, tendo prestado juramento constitucional perante a Nação, não se poderão furtar da sua responsabilidade.

Termo desejando a todos uma boa jornada parlamentar.

Muito obrigado

Aplausos.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, com a vossa permissão, vou fazer a leitura de algumas palavras que considero importantes para este momento e peço-vos autorização para falar do púlpito.

Srs. e Srs. Deputados, Excelências, povo de São Tomé e Príncipe, em primeiro lugar, quero saudar o povo de São Tomé e Príncipe, merecedor de todo o reconhecimento pela lisura, civismo e patriotismo demonstrados nos momentos mais conturbados do nosso processo político. As minhas saudações são extensivas às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados dos Grupos Parlamentares do MLSTP/PSD, do PCD e do MDFM/PL que se demarcaram como verdadeiros soldados defensores da nossa jovem democracia.

É de todo demarcável o papel desempenhado por Sua Excelência o Presidente da República para o desenlace desta forjada crise que ensombrou por algum tempo o quotidiano dos sãotomenses, garantindo de forma inabalável o real funcionamento das instituições da República.

Em nome de todos os Srs. Deputados, vai o nosso agradecimento a Sua Excelência o Presidente da República.

Aplausos gerais.

A crise ficou para trás. Não haverá o caos tão almejado por alguns.

O Governo ora constituído beneficia de um respaldo patriótico e parlamentar inquestionável, propiciador de um clima de estabilidade e de desenvolvimento sustentado para o Estado sãotomense.

Sras. e Srs. Deputados, hoje, nós nos predisponemos a retomar o exercício parlamentar legal e regimental e impele sobre todos a necessidade de conjugação de esforços para o regular funcionamento desta Casa Parlamentar e trabalhar intensivamente para a melhoria das condições de vida do povo de São Tomé e Príncipe, único e exclusivo destinatário das conquistas alcançadas.

A actual configuração e a composição da Assembleia Nacional traduz a sublime e profunda vontade do povo sãotomense de ver as forças políticas dialogando, num franco exercício do contraditório e de acordo com as regras do Estado de direito democrático, o poder e a oposição, fazendo parte do sistema de governação. Assim, não devemos defraudar as expectativas daqueles que também nos elegeram.

É, pois, com preocupação que registamos a actuação dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido ADI, com a persistência de faltar às sessões parlamentares.

Seria de todo gratificante que, ao nos lançarmos no labor parlamentar, pudéssemos contar com a presença responsável dos mesmos e sentir destes a tão propalada disponibilidade de abertura e diálogo que marcava os seus discursos políticos.

Sras. e Srs. Deputados, chamo a vossa atenção para o exercício cabal das vossas atribuições. Importa relembrar que o papel da Assembleia é de legislar e fiscalizar a acção governativa e torna-se necessário repisar que para sermos efectivamente parlamentares é preciso ter em linha de conta que a Constituição Política fixa os princípios de relacionamento institucional, não devendo ser evasivo ou atentatório o poder fiscalizador desta augusta Assembleia. É preciso que todos sejamos exímios no exercício do poder de que somos detentores.

Ora, é nesta qualidade que devemos ter um papel intervintivo na protecção do interesse geral.

Caras e caros Deputados, o mundo regista constantes mudanças e algumas bastante conturbadas, não dispondo de solução à vista para a crise profunda e multifacetada que dilacera as grandes economias dos países desenvolvidos. É deveras oportuno que o Governo, as forças políticas e a sociedade civil organizada se apropriem da verdadeira amplitude da crise, devendo tomar medidas sustentáveis e concretas para prevenir e debelar as repercuções desta na nossa frágil economia.

Por conseguinte, cabe a esta Casa Parlamentar trabalhar no sentido de garantir o exercício pleno da democracia e buscar mecanismos que visem a sua consolidação e o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Importa que um espaço de reflexão se abra para as grandes questões nacionais. Cabe à Assembleia Nacional exercer de forma plena a iniciativa parlamentar, impulsionando o aumento da produção legislativa, sobretudo em domínios da sua competência.

Importa ainda reflectir sobre algumas questões, dentre as quais quero destacar a necessidade de retomar o debate nacional sobre a divisão político-administrativa e os mecanismos do redimensionamento ou não dos diferentes poderes do Estado.

A reapreciação da Lei Eleitoral a curto prazo é deveras importante, se tivermos em conta os pleitos eleitorais que se avizinham. Ainda sobre este assunto a adopção ou não da obrigatoriedade de voto e as implicações que devem merecer a nossa atenção.

A transparência no financiamento das actividades eleitorais e dos partidos deve também ser um aspecto a relevar.

A forma de actuação e participação dos partidos sem assento parlamentar deve ser matéria para as análises futuras.

Sras. a Srs. Deputados, Sr. Ministro da Educação e Formação, a Assembleia deve chamar a si a revisão da Lei da Nacionalidade e estabelecer novos critérios para a aquisição da cidadania são-tomense.

A partilha de informações sobre questões que se prendem com a defesa e segurança do Estado é imprescindível nesta altura.

A convivência pacífica e a busca de consensos para as áreas partilhadas são fundamentais em democracia e salutares para o diálogo democrático.

Por outro lado, os aspectos organizacionais desta Assembleia devem ser objecto da nossa reflexão.

A curto prazo, consideramos que é necessário rever a Lei dos Titulares de Cargos Políticos, introduzindo alguma justiça e reconhecimento aos que tão nobre funções exercem.

A profissionalização dos deputados deve ser a nossa aposta.

Senhoras e senhores, caras e caros Deputados, por tudo que ficara dito, concluo o seguinte: precisamos ganhar tempo, queimar etapa, se necessário, e realizar objectivos. Por isso, proponho-vos, excelências, que durante o consulado adoptemos um novo paradigma para a nossa acção comum.

Proponho-vos, para o efeito, que a nossa acção seja presidida de facto pela divisa da República: Unidade, Disciplina e Trabalho. A Unidade que o País reclama; a Disciplina que muitas vezes nos falta e o Trabalho factor indispensável para o desenvolvimento da Assembleia Nacional, em particular, e, no geral, do próprio País.

A nossa marca para o tempo que nos resta da Legislatura deve ser sobretudo a de trabalho e cada vez mais trabalho.

Daí um veemente apelo aos Srs. Presidentes e membros das comissões especializadas permanentes, para que redobrem esforços no sentido de ganharmos tempo, cumprindo etapas e realizar objectivos.

O vosso trabalho é determinante para ganharmos o futuro.

Espero, desta forma, mais pontualidade, maior assiduidade e muito mais produtividade.

Às Sras. e Srs. Deputados, individualmente e/ou organizados nos grupos parlamentares, recordo-vos que são os representantes do povo, eleitos democraticamente para realizar os objectivos consagrados na Constituição e demais leis da República.

É por isso que ao assumirmos na plenitude o nosso mandato como Deputados da Nação juramos cumprir e fazer cumprir e é no quadro deste cumprimento da Constituição que aqui estamos, para fazer valer a vitalidade e energia do nosso sistema de democracia representativa.

Caras e caros Srs. Deputados, termino com o compromisso de tudo fazer para devolver à nossa instituição a imagem que lhe foi retirada por manipulações e orquestrações nunca então registadas.

Viva a democracia, viva o povo de São Tomé Príncipe!

Bem-haja!

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, em rigor e em cumprimento do nosso Regimento. Por não haver nenhuma inscrição submetida à Mesa, não teremos o tratamento de assuntos de interesse político relevante.

Vamos passar desta forma ao período de ordem do dia.

Protestos do Sr. Deputado Adelino Pires Neto.

Não tenho conhecimento de nenhuma inscrição feita na Mesa.

Sendo lapso da Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Pires Neto.

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — Sr. Presidente, antes de mais, muito sinceramente, quero saudar-lhe pela coragem de, por tudo que tinha acontecido, provocações, ter assumido esta responsabilidade e, hoje, a nossa Assembleia tem um Presidente.

Sabemos que toda gente conhece, mas nunca é demais, é o Sr. Deputado Alcino Pinto que hoje é o Presidente da Assembleia Nacional. Doe a quem doer, o senhor é o Presidente da Assembleia.

Também não posso deixar de felicitar Sua Excelência o Sr. Presidente da República, Dr. Manuel Pinto da Costa, pela coragem, mesmo com provocações e atitudes agressivas, conseguiu dar volta à situação.

Sabemos que quando as crianças são criadas com indisciplina, mesmo quando já são homens formados, não perdem a sua malcriadez, mas o senhor teve coragem e soube dar volta a isso.

Saudo-lhe por duas razões, se não estiver a ouvir-me alguém que lhe transmita: o senhor demonstrou ao povo de São Tomé e Príncipe, ao estrangeiro e a todos aqueles que diziam que o senhor não conseguia trabalhar num regime democrático, sabemos que o senhor foi Presidente no regime do partido único, que é mesmo democrático. Soube trabalhar em democracia melhor do que os outros que dizem ser democráticos. Por isso, gostaria de pedir uma salva de palmas ao Sr. Presidente da República.

Aplausos.

Falando sobre o Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Gabriel Costa, também o saúdo pela coragem que teve de assumir o cargo do Primeiro-Ministro, numa altura em que quase toda gente tinha medo. Confesso-vos que estive quase a dizer «o que será»? Quando saia da Cidade não sabia se chagava à Trindade ou quando saia da Assembleia não sabia se poderia chegar à Cidade, porque havia várias ameaças. Outrora não podíamos falar, chegou à altura que a coisa começou a ser séria, sobretudo quando as ameaças começaram a ser públicas.

Portanto, o Dr. Gabriel Costa assumiu a responsabilidade porque é a pessoa que tem amor à terra, amor à sua gente, por isso, não podemos deixar de saudá-lo e ao seu elenco. Peço ao Sr. Ministro que leve essa mensagem aos seus colegas, dizer que nesse momento estamos com os senhores, mas quando estiver mal não nos vamos calar, vamos falar, temos que assumir. O que queremos é dar passos em frente para mostrar àqueles que acharam que não somos capazes que podemos fazer o País andar.

Aplausos.

Para o meu povo, gosto de falar e mandar mensagem lá para os *funka-funkas*, dizê-los que já está tudo pronto, porque somos são-tomenses. A minha avó quando zangava a minha irmã, ela dizia...

O Presidente: — Sr. Deputado Pires, faça o favor de concluir a sua intervenção.

O Sr. Pires Neto (MDFM/PCD): — Sim, sim, Sr. Presidente. A minha avó dizia às minhas irmãs que «*muála pô sá muála ku ka lába lôpa bafamado, é ká tê unwa saia dê de fogon ku ná ká fú fa*».

Aplausos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, passamos ao período da ordem do dia. Temos como primeiro ponto, aprovação final global da proposta de lei da Dívida Pública, pelo que convido o Sr. Deputado Guilherme Octaviano, na qualidade de Presidente da 2.ª Comissão, para fazer a intervenção ou designar um representante, e aproveito para lhe desejar êxitos.

O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente, obrigado também pelas palavras amáveis que me dirigiu, gostaria de indicar o nosso colega Deputado António Ramos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. António dos Ramos (MLSTP/PSD): — Relatório relativo à proposta de lei n.º 9/IX/12 – Lei-Quadro da Dívida Pública.

A Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros da Assembleia Nacional, na sua reunião do dia 20 de Novembro de 2012, apreciou, na especialidade, o projecto lei n.º 9/IX/12 – sobre a Lei-Quadro da Dívida Pública.

Durante a apreciação, a Comissão contou com a presença dos Srs. Deputados Alcino Pinto, que a presidiu, António Ramos e António Barros, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, José da Graça Diogo, Alexandre Guadalupe e Adilson Managem, do Grupo Parlamentar do ADI, e Arzemiro dos Prazeres, em substituição do Sr. Deputado Xavier Mendes, do Grupo Parlamentar do PCD.

Foram verbalmente apresentadas, durante a apreciação, 21 propostas de alteração, 1 de eliminação e 20 de emenda.

I. Proposta de eliminação relativamente a:

1. Alínea e) do artigo 17.º, com a seguinte redacção: «e) Um representante designado pela Assembleia Nacional, de acordo com a matéria da dívida pública».

II. Proposta de emenda relativamente a:

1. Ponto 1 do Artigo 12.º, que passou a ter a seguinte redacção: «A política do endividamento público é elaborada em cada ano económico ...endividamento público».

2. Alínea h) do artigo 18.º, que passou a ter a seguinte redacção: «Prestar apoio técnico durante as negociações da dívida pública».

3. Alínea c) do artigo 19.º, que passou a ter a seguinte redacção: «Definir quais das emissões e séries autorizadas, conforme a lei, que são convocadas em cada hasta pública».

4. Artigo 23.º que passou a ter a seguinte redacção: «Todo o acordo ou contrato de endividamento público é subscrito ...política de endividamento».

5. Ponto 1 do artigo 24.º que passa a ter a seguinte redacção: «As instituições autorizadas para emitir os títulos da dívida pública são: O Ministério das Finanças, o Tesouro Público, os bancos e outras instituições financeiras do Estado, que estão submetidas às disposições da presente lei e às empresas públicas».

6. Artigo 30.º que passa a ter a seguinte redacção: «Quando o dia limite para o qual se deve efectuar um acto concernente aos valores de TDP corresponde a um dia feriado, o acto será reputado para o dia útil seguinte».

7. Artigo 33.º que passa a ter a seguinte redacção: «Toda a emissão de valores de títulos de dívida pública deve ser registada e controlada pela Inspecção Geral das Finanças e o Tribunal do Contas».

8. Pontos 3 e 4 do artigo 39.º que passam a ter as seguintes redacções: «3). Após a autorização do Ministério das Finanças, as instituições podem iniciar as negociações...financiamento aceitável.

4). Durante a etapa das negociações, a instituição autorizada é assessorada pelo sector...Ministério das Finanças».

9. Artigo 42.º que passa a ter a seguinte redacção: «Quando se trata de contratação de financiamento, o Ministério das Finanças solicita ao sector...estabilidade macroeconómica».

10. Ponto 3 do artigo 44.º que passa a ter a seguinte redacção: «...pela sua programação e execução a nível do Orçamento Geral do Estado».

11. Ponto 1) do artigo 45.º que passa a ter a seguinte redacção: «...de um Acordo de Retrocessão».

12. Os pontos 1 e 3 do artigo 49.º passam a ter as seguintes redacções: «1. As estruturas governamentais descentralizadas, as sociedades públicas, bancos e instituições financeiras do Estado e as autarquias são directamente...respectivas dívidas. 3. ...precedente implica a suspensão pelo Ministro das Finanças...as operações de crédito público».

13. Ponto 4 do artigo 50 que passa a ter a seguinte redacção: «O Ministério das Finanças dita as regras e os procedimentos pelos quais essas operações estão submetidas».

14. Ponto 2 do artigo 55.º que passa a ter a seguinte redacção: «O Ministério das Finanças estabelecerá as normas que regulam o acesso, registo e utilização da base de dados. Para efeitos de credibilidade, é função exclusiva do Sector de Gestão de Dívida Pública fazer os registos das operações».

15. Artigo 56.º que passa a ter a seguinte redacção: «A instituição do sector público habilitada a emitir os avais, as garantias, as cauções e as outras obrigações, constituindo os engajamentos eventuais, é faculdade única e exclusiva do Ministério das Finanças».

16. Ponto 1 do artigo 57.º que passa a ter a seguinte redacção: «Os avais, as garantias, as cauções ou outras obrigações, constituindo os engajamentos eventuais emitidos para as instituições do sector público habilitado pela presente lei exigem como condição indispensável uma decisão do Conselho de Ministros, autorizando.....posterior pela Assembleia Nacional».

17. Ponto 2 do artigo 63.º que passa a ter a seguinte redacção: «O Sector de Gestão da Dívida Pública concilia trimestralmente...julgue conveniente».

Ponto 2 do artigo 65.º que passa a ter a seguinte redacção: «... de pleno direito, sem prejuízo das sanções penais e civis incorridas pelo responsável».

Ponto 2 do artigo 66.º, que passa a ter a seguinte redacção: «As normas técnicas e operacionais emitidas pelo Ministério das Finanças são de uso (...) de Dívida Pública».

Pontos 2 e 3 do artigo 67.º, que passam a ter a seguinte redacção: «2. Todas as disposições legais, normativas, procedimentais e administrativas contrárias às disposições da presente lei são revogadas. 3. O regulamento, as normas, os procedimentos administrativos necessários para a aplicação da presente lei são aprovados e postos em acção de maneira progressiva, não podendo exceder os seis meses seguido da sua entrada em vigor».

Todas as propostas de alteração acima referidas foram aprovadas por unanimidade.

Para os devidos efeitos, vai em anexo o texto final, elaborado pela Comissão, sobre a proposta de lei n.º 12/IX/12 – Lei-Quadro da Dívida Pública.

São Tomé, 21 de Novembro de 2012.

O Presidente, *Alcino de Barros Pinto*.

O Relator, *Octávio Boa Fernandes*.»

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, quero recordar-lhes que estamos na fase da aprovação final global desta proposta de lei. Esta proposta já tinha vencido as outras etapas, ou seja a aprovação na generalidade e na especialidade, e nesta ocasião, na aprovação final global, não há direito a discussão. Daí que também recordo a vossas excelências que no artigo 113.º, concernente ao voto, cada Deputado tem direito a um voto e nenhum Deputado presente pode deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção.

Daí que submeto a proposta de lei da Dívida Pública à aprovação final global.

Submetido à votação, a foi aprovada com 29 votos a favor.

Passemos ao ponto seguinte, que é a eleição dos membros do Conselho Superior de Imprensa.

Sobre este assunto, quero recordar a vossas excelências que a lei que cria este Conselho é a Lei 4/96 e a sua composição, artigo 3.º, diz que ele é composto por sete elementos, devendo um ser um magistrado designado pelo Conselho Superior Judiciário; um representante designado por Sua Excelência o Sr. Presidente da República; dois representantes designados pela Assembleia Nacional; um representante designado pelo Governo; outro designado pela organização representativa dos jornalistas e um membro representativo da opinião pública e da cultura, a ser escolhido pela Assembleia Nacional. Portanto, esta é a composição do Conselho Superior de Imprensa.

Este processo vem da antiga presidência da Assembleia Nacional e, em concertação com os grupos parlamentares, foram cumpridas todas as formalidades. Recebemos também aqui na nossa Casa Parlamentar as comunicações dos órgãos referidos anteriormente, nomeadamente o Governo, a Presidência da República e o Conselho Superior de Judiciário. Cumprindo essas formalidades todas, temos um projecto de resolução que iremos submeter à consideração dos Srs. Deputados.

Daí que peço ao Sr. Secretário da Mesa para fazer a sua leitura.

O Sr. Secretário: — «Projecto de resolução n.º 53/IX/5/2012.

Tornando-se necessário proceder à nomeação do Conselho Superior de Imprensa, a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 4/96, de 20 de Junho, com vista a dar-se início aos trabalhos de um novo mandato;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º São nomeados, para integrar o Conselho Superior de Imprensa, os seguintes cidadãos: Juseley Patrik Novais Lopes, magistrado designado pelo Conselho Superior Judiciário; José Manuel d' Alva Noronha, representante designado pelo Presidente da República; Fábio Graça Sousa Sardinha e Santos e Manuel Barros, representantes designados pela Assembleia Nacional; Nelson Alexandre Leite da Silva Aguiar, representante designado pelo Governo; Juvenal Rodrigues, jornalista designado pela organização representativa dos jornalistas; Armando Vaz Rodrigues Aguiar, cidadão idóneo representativo da opinião pública e da cultura.

Artigo 2.º A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Feito em São Tomé, aos 22 de Novembro de 2012.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Alcino Martinho de Barros Pinto.*»

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário, repita-me por favor o nome do representante do Governo.

O Sr. Secretário: — Nelson Alexandre Leite da Silva Aguiar é o representante designado pelo Governo.

O Sr. Presidente: — De referir que relativamente ao representante do Governo, tivemos o cuidado de consultar sua excelência o Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Gabriel Costa, tendo em conta que a proposta que temos sobre a Mesa é uma proposta vinda do XIV Governo e o Sr. Dr. Gabriel Costa, já na qualidade de Primeiro-Ministro do XV Governo, confirmou-nos a manutenção do nome. Daí que o Sr. Nelson Leite também está, digamos, mandatado pelo actual Governo, para representá-lo no Conselho Superior de Imprensa.

Feita a leitura, gostaria de submeter o projecto de resolução n.º 53/IX/5/2012 à votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 29 votos a favor.

Vamos passar à votação na especialidade do preâmbulo e os artigos 1.º e 2.º.

Submetido à votação, foram aprovados por unanimidade, com 29 votos a favor.

Passemos agora à votação final global do projecto de resolução n.º 53/IX/5/2012.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 29 votos a favor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, para uma intervenção.

O Sr. Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD): — Peço desculpas, Sr. Presidente, não é para criar obstáculos, quis intervir antes do processo de votação, mas é na base da informação que foi feita pelo Sr. Presidente, se essa comunicação do Governo foi feita por escrito. Estamos perante um novo Governo e a proposta que tinha sido submetida era do anterior governo. Por isso é que gostaria que se cumprisse esses requisitos.

O Sr. Presidente: — As formalidades foram mais ou menos cumpridas. Vamos continuar, passando para a eleição de Deputados para a Mesa da Assembleia, Secretário e Vice-Secretário, respectivamente, em substituição do ex-deputado Sebastião Pinheiro. É o terceiro ponto da ordem do dia.

Pausa.

As Sras. e os Srs. Deputados estão recordados de que o ex-deputado Sebastião Pinheiro integrava o Grupo Parlamentar do PCD e, não sendo hoje Deputado, torna-se necessário que este Grupo preencha o lugar a que tem direito. Neste sentido recebemos e está publicado no nosso Diário um pedido de substituição por parte do referido partido, através do seu Grupo Parlamentar, propondo a Sra. Deputada Filomena Maria de Fátima Dias Xavier de Pina dos Prazeres como Secretária e o Sr. Firmino João Raposo como Vice-secretário.

Daí que peço aos serviços para, rapidamente, fazerem a distribuição os boletins e organizarem o processo de votação.

Pausa para a votação e contagem dos boletins de voto.

Foram eleitos os Srs. Deputados Firmino João Raposo e Filomena Maria de Fátima Dias Xavier de Pina dos Prazeres para os cargos de Vice-Secretário e Secretária, respectivamente.

Srs. Deputados, vamos dar continuidade às nossas actividades. De acordo com a nossa ordem do dia dos trabalhos, temos de seguida a aprovação do Acordo entre São Tomé e Príncipe e a Guiné Equatorial.

Permitam-me apenas recordar que, no quadro constitucional, a negociação e conclusão dos acordos e convenções internacionais é da responsabilidade do Governo. Este acordo geral foi assinado entre o nosso país e a vizinha República da Guiné Equatorial, no ano de 2008. Daí que se torna necessário a Assembleia Nacional fazer a sua aprovação para a posterior ratificação por Sua Excelência o Sr. Presidente da República.

Este é um acordo que engaja os dois países, que ultrapassam os limites da existência dos governos e, como vos disse, foi aprovado no ano de 2008. Daí que gostaríamos de aproveitar a ocasião para convidar Sua Excelência o Sr. Ministro da Educação, que está em representação do Governo, para fazer a sua apresentação.

O Sr. Ministro da Educação, Cultura e Formação (Jorge Bom Jesus): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Gostava de saudar a augusta Assembleia, o Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Alcino Pinto, e cada uma das Sras. e Srs. Deputados.

Este XV Governo Constitucional, liderado pelo Primeiro-Ministro, Dr. Gabriel Costa, é um Governo de contingência, de missão, de acção e de diálogo e promete tudo fazer para não defraudar as expectativas geradas pelas circunstâncias actuais. Prometemos merecer a confiança que o nosso povo deposita em nós.

Gostava também de realçar aqui que depois deste período atípico, e diria sem precedentes, na história da nossa jovem democracia, eis que o rio volta novamente ao seu leito e ao seu curso normal e, à contra-corrente de desígnios inconfessáveis, a democracia sobreviveu. Reinam a necessária estabilidade e o normal funcionamento das instituições democráticas.

Gostaríamos de, uma vez mais, à semelhança daquilo que o Sr. Primeiro-Ministro teve a ocasião, no seu acto de posse, de dizer à Nação, realçar novamente, em nome do Governo, que a estabilidade e a paz reinam no País. São Tomé e Príncipe vencerá e continuará de pé.

Estou cá em representação do Governo e da Ministra da Justiça e dos Assuntos Parlamentares, para apresentar o acordo de cooperação entre São Tomé e Príncipe e a Guiné Equatorial. Este acordo formaliza e consubstancia os laços seculares de amizade, de consanguinidade e de cooperação entre o povo de São Tomé e Príncipe e o da Guiné Equatorial.

Lembramos aqui que é uma cooperação e uma amizade fiéis. O povo da Guiné Equatorial e a nação equato-guineense estiveram ao nosso lado antes e depois da independência e continuam connosco a caminhar até hoje. Este acto formal vem consagrar aquilo que na prática já existe.

Este acordo geral incide nalguns vectores importantes da nossa actuação, a saber: as áreas económica, cultural, científica e técnica, valorizando a cooperação Sul-Sul.

Este acordo geral potencia também aquilo que os nossos países têm de melhor, que são os nossos recursos humanos. Portanto, verão que áreas como a capacitação de quadros técnicos, através de instrumentos como bolsas de estudo; intercâmbio de investigadores; de actores culturais entre outros.

Este acordo também consagra a criação de uma comissão mista para, de dois em dois anos, fazer o acompanhamento. Primeiramente a implementação dos acordos, sobretudo sectoriais, o seu seguimento e a sua avaliação. Tem também o condão de programar novas acções e priorizar outras.

Em traços gerais é isto que se me oferece dizer de momento e gostava de realçar, novamente, que este acordo só vem formalizar no papel aquilo que na prática ocorre muito bem.

Aplausos.

O Sr. Presidente: — Convido o Presidente da 1.ª Comissão ou o seu representante para apresentar o parecer desta Comissão sobre este acordo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto, para fazer a apresentação.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — «Parecer da 1.ª Comissão Especializada Permanente sobre a proposta de resolução n.º 12/IX/12 – Acordo entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República da Guiné Equatorial.

Tendo o Governo enviado à Assembleia Nacional, para efeito de aprovação, a proposta de resolução sobre o Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Governo da República da Guiné Equatorial;

Atendendo que, por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, a referida Convenção baixou para a 1.ª Comissão Especializada da Assembleia, para os devidos efeitos;

Considerando que se pretende com o acordo fortalecer e desenvolver, para o benefício mútuo, as relações de fraternidade e de amizade existentes entre os dois países, mediante a promoção da cooperação económica, cultural científica e técnica, baseando-se nos princípios de igualdade de direitos, independência e soberania nacional e a não ingerência nos assuntos internos de cada estado;

Reconhecendo a necessidade de fomentar a cooperação entre países que têm laços históricos e tornar realidade o princípio da cooperação Sul-Sul;

Considerando que o referido acordo não viola a Constituição e nem as demais leis da República;

Assim sendo, a 1.ª Comissão, reunida no dia 21 de Novembro do corrente ano, sob a presidência do Sr. Deputado Augusto Idalécio Quaresma e com a presença dos Srs. Deputados José Viegas Santiago, Elsa Pinto, Levy Nazaré, Domitília Trovoada, Guilherme Octaviano, António Ramos, Delfim Neves e Domingos Boa Morte, decidiu recomendar à Mesa da Assembleia Nacional que a citada proposta de resolução seja submetida ao Plenário, para o efeito de aprovação.

Eis, Excelência, o teor do parecer desta Comissão.

São Tomé, 21 de Novembro de 2012.

O Relator, *António da Trindade Afonso Ramos*.

O Presidente, *Idalécio Augusto Quaresma*.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, feita a apresentação e lido o parecer da 1.ª Comissão, que recomenda a aprovação do presente acordo através de uma resolução da Assembleia Nacional, gostaria de saber de vossas excelências se há alguma consideração a apresentar ao Plenário por parte dos grupos parlamentares.

Negaram, acenando com a cabeça.

Não sendo o caso, convido o Sr. Secretário para proceder à leitura do projecto de resolução.

O Sr. **Secretário**: — «Projecto de resolução n.º 59/IX/2012 – Acordo Geral de Cooperação entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República da Guiné Equatorial.

Tornando-se necessário a aprovação do Acordo Geral de Cooperação entre São Tomé e Príncipe e a República da Guiné Equatorial, assinado em 27 de Fevereiro de 2008, em Malabo;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos das alíneas *b* e *j* do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º; é aprovado para ratificação o Acordo Geral de Cooperação entre São Tomé e Príncipe e a República da Guiné Equatorial, assinado em 27 de Fevereiro de 2008, em Malabo, cujo texto faz parte integrante da presente resolução.

Artigo 2.º; a presente resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 14 de Dezembro de 2012.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Alcino de Barros Pinto*.»

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de saber de vossas excelências se há considerações a fazer, proposta de alteração ou de subtracção ao texto que foi submetido para apreciação.

Negaram acenando com a cabeça.

Não sendo o caso, submeto-o à aprovação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 29 votos a favor.

Passemos à votação na especialidade do preâmbulo e dos artigos 1.º e 2.º.

Submetidos à votação, foram aprovados com 29 votos a favor.

Vamos passar à última fase que é a votação final global do projecto de resolução.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 29 votos a favor.

Sras. e Srs. Deputados, chegamos ao fim de mais uma sessão parlamentar e gostaria de agradecer a vossa prestimosa colaboração para que a nossa actividade seja tão profícuas em termos de qualidade e de tempo.

Gostaria também de recordar-vos que doravante iremos fazer tudo para que as nossas sessões decorram num espírito de responsabilidade e disciplina.

Murmúrios.

Gostaria de chamar atenção aos Srs. Deputados para maior disciplina. Estamos a fazer referência a isso desde o princípio e é preciso que enviamos uma imagem de responsabilidade e de seriedade nas nossas sessões. Desta forma, quero pedir e contar com a colaboração de cada um de vós para que a imagem desta Casa Parlamentar seja elevada. Daí que, em sessões, concentremo-nos nas questões que estão agendadas.

Ia dizendo, Srs. Deputados, que, no âmbito das competências do Presidente quanto aos trabalhos da Assembleia, a partir de hoje decidimos tomar algumas medidas no sentido da manutenção da ordem e da disciplina e, se necessário, recorrer aos meios que a lei prevê para assegurarmos a segurança de cada de vós e permitir que as nossas actividades decorram em paz e tranquilidade, como é o apanágio do nosso povo.

Desejando um bom regresso às vossas casas, agradeço e declaro encerrada a sessão.

Eram 11 horas e 55 minutos.

Faltaram a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adérito de Oliveira Bonfim dos Ramos
Adilson Cabral Managem
Alexandre da Conceição Guadalupe
André Varela Ramos
Bilaine Carvalho Viegas de Ceita
Carlos Alberto Pires Pinheiro
Carlos Manuel Cassandra Correia
Celmira de Almeida do Sacramento
Domingos José da Trindade Boa morte
Domitília Portulêz Trovoada da Costa
Evaristo do Espírito Santo Carvalho
Hélder Paquete Lima
Heliodoro Pires Quaresma
Idalécio Augusto Quaresma
Isabel Mayza Jesus da Graça Domingos
José António Sacramento Miguel
José Carlos Cabral d'Alva
José da Graça Diogo
José Manuel Costa Alegre
Levy do Espírito Santo Nazaré
Manuel da Graça José Narciso
Mário Fernando
Martinho da Trindade Domingos
Octávio da Costa de Boa Morte Fernandes
Paulo Jorge de Carvalho.
Roberto Patrício das Neves Lombá